

## **XII MANDATO**

### **ATA Nº. 82**

#### **Reunião ordinária pública de 14 de dezembro de 2020**

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se, por videoconferência, no cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, e do despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 02 de novembro, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU). -----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:35, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO –**

**1ª FASE: CPE.4.18 DMOSM-** DA DMOSM, submetendo proposta para aprovação da prorrogação de prazo da empreitada da escola secundária de Maximinos, nos termos propostos na informação técnica subscrita pela gestora do contrato, anexa à proposta: *«Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), e da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga). Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).»*-----

**EMPREITADA: “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES – CONTRATO Nº. CPE.4.19.DMOSM-**

**Da DMOSM** submetendo proposta de autorização, para a execução de trabalhos complementares - adicional 1, no valor global de 9.353,70€ + IVA e a aprovação da supressão de trabalhos no valor de 23.759,20€ + IVA, conforme documentos anexos. Com vista à celebração do contrato escrito, propõe-se a aprovação da minuta do Aditamento nº. 1, ao Contrato de Empreitada nº. CPE.4.19.DMOSM, em anexo



à proposta, tendo sido igualmente junta informação circunstanciada da DMOSM: «*Deliberado aprovar, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), e da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga). Abstiveram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e o Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU).*»-----

**DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE BRAGA NO CONSELHO DE CURADORES DA FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA-**

Nos termos da alínea oo) do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, e dos artigos 1º e 7º, nº 1, dos Estatutos da Fundação Bracara Augusta, submete-se à apreciação do Executivo Municipal a designação do representante do Município no Conselho de Curadores da referida Fundação: «*Deliberado aprovar, com 6 votos a favor, 4 abstenções e 1 voto branco.*» Tratando-se de uma deliberação por voto secreto, foram os votos depositados pelos Srs. Vereadores, em urna disponível no Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos para o efeito, e abertos perante todos os membros do executivo, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de



março, na redação que lhe foi conferida pela Lei 28/2020, de 28 de julho.-----

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DO Nº 1 DO ARTº H-1/18º DO PEDIDO DE ISENÇÃO ENQUADRADOS NO ARTIGO H-1/16º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA** - Da DMG – DF- Divisão de Controlo

Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal com proposta de indeferimento, o pedido de isenção de taxas, enquadrada no artigo H-1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga, formalizado pelo Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social e Saúde do Distrito de Braga, relativamente ao pagamento da taxa de ocupação do espaço público, no valor de 910,80€, correspondente a privatização de um lugar de estacionamento privativo 2.º escalão, sito na Rua José António Cruz. Teve informação desfavorável do Sr. Vereador João Rodrigues, responsável pela Gestão e Conservação do Espaço Público: *«Deliberado aprovar o indeferimento, por maioria, com votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lídia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga) e do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU). Absteram-se o Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), a Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS) e a Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS).»* A propósito deste



aspeto, referiu o **Sr. Vereador Carlos Almeida** que há poucas semanas houve um pedido semelhante, que foi indeferido; por essa razão, pediu esclarecimentos sobre os motivos que suportam o indeferimento e questiona a aparente dualidade de critérios existente nos 2 processos. O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que não se verifica uma dualidade de critérios, porquanto as circunstâncias não são idênticas, desde logo porque neste caso não há uma valência social; o que há é um pedido por parte de uma instituição de cariz social, que é diferente daquilo que acontecia no caso da votação anterior, referente à Irmandade, em que estava a votação um estacionamento de apoio a uma valência social. O **Sr. Vereador João Rodrigues** ficou de fazer chegar a informação técnica que suportou a proposta de indeferimento das taxas. O **Sr. Vereador Carlos Almeida** disse perceber a explicação do Sr. Presidente, embora não concorde com ela, porque o Centro de Cultura e Desporto dos trabalhadores da Segurança Social também tem uma intervenção social, recreativa e cultural que é reconhecida e, portanto, à luz da argumentação que deferiu o pedido da Irmandade de Santa Cruz, julga que deveria ser tido o mesmo entendimento que seguiu o outro pedido. O **Sr. Vereador João Rodrigues** esclareceu também que não se trata de haver dualidade de critérios para duas situações que são distintas, explicando que no caso da Irmandade de Santa Cruz os lugares que estão reservados são maioritariamente utilizados quer para o transporte de pessoas (não necessariamente de pessoas doentes, mas de utentes do lar), tratando-se da utilização dos lugares para ocasiões muito concretas, esporádicas, rápidas e, portanto, uma utilização diferente da agora requerida. O **Sr. Vereador Artur Feio** referiu que o CCD presta diferentes serviços, nomeadamente de



âmbito social, parecendo-lhe que com este indeferimento se abrirá uma exceção um precedente que vai criar um alinhamento da forma como de futuro se irá aprovar ou indeferir estes pedidos. Mais referiu que o PS se irá abster nesta votação, por não perceber a proposta de indeferimento, à luz desta lógica, *“não só do serviço que é prestado pela própria CCD, mas também por aquilo que tem sido a prática de aprovações deste tipo de pedidos.”* O Sr. Vereador mencionou ainda que deveria existir um critério que definisse claramente a apreciação deste tipo de pedidos. Por esse motivo, sugeriu que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos e discutido posteriormente. Para o **Sr. Presidente**, não está em causa nem a relevância da instituição, nem o mérito do trabalho que desenvolve, considerando que neste concreto caso, não se trata de uma situação que justifique a alocação graciosa de lugares de estacionamento. -----

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS NOS TERMOS DO PREVISTO NOS ARTIGOS H-1/16º e 19º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA** - Da DMG – DF- Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal os seguintes pedidos de isenção de taxas, enquadradas no artigo H-1/16.º e H-1/19.º do Código Regulamentar do Município de Braga, com informação do Diretor da DMG: a) **União das Freguesias de Braga Maximinos, Sé e Cidade**, no valor de 2392,60€, correspondente ao valor da taxa de ocupação de espaço público de dois aparcamentos automóveis na Rua Frei Caetano Brandão, nesta cidade de Braga; b) **Partido Social Democrata**, no valor de 66,50€, correspondente ao pagamento da taxa de ocupação de espaço público com uma plataforma elevatória vertical para a manutenção e correção da



cobertura em telha lusa existente no edifício sito no Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116, desta cidade de Braga; c) **Fábrica da Igreja de São Vicente**, no valor de 5,90€, correspondente ao pagamento da taxa relativa ao pedido de reproduções relativo ao processo 26203/2005: «*Deliberado aprovar por unanimidade. Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o ponto a), relativo à isenção de taxas a favor da União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade e os pontos b) e c) para conhecimento da Assembleia Municipal.*»-----

**PACTO PORTUGUÊS PARA OS PLÁSTICOS - REDE DOS PACTOS PARA OS PLÁSTICOS DA FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR - PROPOSTA DE ADESÃO-** Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de adesão ao Pacto Português promovido pela Associação Smart Waste Portugal, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta: «*Deliberado aprovar por unanimidade.*»-----

**PROPOSTAS DE APOIOS FINANCEIROS/ENTIDADES-** Submete-se à aprovação do Executivo Municipal a concessão do apoio financeiro, ao abrigo da Parte F- Apoios Municipais, Título I do CRMB, com a subsequente observância de todos os procedimentos previstos no Código: - **Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha, Instituição Particular de Solidariedade Social**, no valor de 40.000.00 €, para apoio à remodelação/adaptação de instalações de acordo com as normas atuais e com vista ao alargamento da resposta social - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas; Submetem-se ainda à aprovação os seguintes contratos programa ao abrigo da parte F - Apoios Municipais, Título II do CRMB com a subsequente observância de todos os procedimentos previstos no Código: a) - **Município de**



**Braga e Hóquei Clube de Braga** - Hóquei em Patins SAD, no valor de 46.600,00 €, com vista a apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, conforme melhor consta da proposta em anexo; b) **Município de Braga e Futebol Clube Ferreirense**, no valor de 5.000,00 €, que tem por objetivo a Melhoria de Eficiência Energética do imóvel, do qual o clube é proprietário e onde será realizada a intervenção, conforme melhor consta da proposta em anexo: «*Deliberado aprovar por unanimidade.*»-----

**PROPOSTA «CONCURSO ECO-NATAL – 2020»-** “1. Por deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2020, foi aprovado o início do procedimento regulamentar do denominado Regulamento "Eco-Natal 2020", nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA); 2. Posteriormente, por parecer jurídico, considerou-se que as referidas regras não têm de seguir os procedimentos definidos no CPA, conforme melhor se fundamenta no referido parecer em anexo, bastando-se seguir normas simples, nomeadamente proposta fundamentada, elaboração de normas e aprovação do órgão executivo, com posterior publicitação no site institucional do Município; 3. As inscrições para o referido concurso decorreram até ao dia 13/11/2020; 4. É presente a proposta do Sr. Vereador Altino Bessa, acompanhada das referidas regras referentes ao concurso em causa, para RATIFICAÇÃO/APROVAÇÃO do executivo municipal, nos termos do artigo 23.º n.º2 k) do Regime Jurídico das Autarquias Locais”: «*Deliberado aprovar por unanimidade.*»-----

**PROPOSTA DO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE DETERMINA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA INTERMUNICIPAL PARA OS SACROMONTES-** Submete-se à consideração do Executivo



Municipal proposta que determina a elaboração do Programa Intermunicipal com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos do artigo 191.º n.º 4 alínea d) do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial: *«Deliberado aprovar por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal.»* O **Sr. Vereador Carlos Almeida** pediu um esclarecimento a propósito deste ponto, referindo já havia sido votado em reunião anterior do executivo municipal, sendo que a única diferença que encontrou no processo é que na altura não houve remissão para a Assembleia Municipal. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira** confirmou o questionado pelo Sr. Vereador Carlos Almeida, explicando que a proposta não tem estruturalmente nada de novo, tratando-se apenas de uma questão procedimental, exigindo a aprovação deste órgão para posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal. **Voto de Louvor – Júlio Ferreira**, atleta da modalidade de Taekwondo do Sporting Clube de Braga, sagrou-se Campeão Europeu de Pesos Olímpicos, na categoria de – 80 Kg, num campeonato que se realizou na cidade de Sarajevo. O Município de Braga, regozija-se por este enorme feito desportivo por parte deste atleta, que alcança assim mais um título europeu para o desporto nacional, notabilizando-se como um dos mais importantes atletas da história nacional desta modalidade. Esta conquista que vem também premiar o enorme esforço, dedicação e profissionalismo que o Júlio Ferreira deposita no seu percurso desportivo, prestigiando cumulativamente Braga e os bracarenses por esta distinção internacional de enorme valia. Estes resultados desportivos validam indelevelmente o forte investimento efetuado no desporto, através das várias políticas de fomento desportivo promovidas pelo Município de Braga, demonstrando



claramente que este é um investimento com enormes garantias de sucesso face à elevada qualidade dos seus agentes desportivos locais. A Câmara Municipal de Braga atribui assim um **Voto de Louvor** ao atleta Júlio Ferreira, extensíveis ao seu treinador Joaquim Peixoto e ao seu clube, Sporting Clube de Braga, pelo título europeu alcançado. Braga, 14 de dezembro de 2020. A Vice-presidente, Dr<sup>a</sup>. Sameiro Araújo. *"Deliberado aprovar por unanimidade"*. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** pediu a palavra para solicitar novamente que lhe fosse remetido o estudo financeiro relativamente ao Mercado Municipal, documento esse que já havia requerido, mas que ainda não lhe foi remetido. A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Olga Pereira** respondeu que até à próxima sexta-feira irá disponibilizar esse documento. -----

Também relativamente a um documento que já requereu anteriormente e não lhe foi disponibilizado, o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** solicitou que lhe fossem fornecidos os dados, relativos ao último mandato, dos investimentos realizados nas freguesias do concelho, por freguesia e rubrica de investimento. O **Sr. Presidente** referiu que o documento ainda não estará concluído, mas que assim que estiver, o irá disponibilizar. -----

Por fim, questionou o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** se já está feita a conta final da obra do mercado municipal e se já há um número final do investimento feito pelo Município, (ainda que saiba que faltam arranjos exteriores). Pelo **Sr. Presidente** foi esclarecido que o valor estipulado e já divulgado são cerca de 6 milhões de euros de investimento em obra, aos quais acrescem meio milhão de euros em equipamento. A pedido do Sr. Vereador do PS, o Sr.



Presidente referiu que pode apresentar ao executivo o relatório final da empreitada, logo que ele esteja concluído. -----

Pelo **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** foram abordado o tema dos tarifários da TUB, EM., tendo dito o Sr. Vereador que na sessão de votação do orçamento e plano de atividades, ficou a conhecer-se que no próximo ano irá ser eliminada a 2.<sup>a</sup> coroa, passando toda a área que abrangia a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> coroa a estar abrangida pela 1.<sup>a</sup> coroa. Na altura, questionou o Sr. Vereador ao Sr. Administrador dos TUB, EM. se não seria ocasião da 3.<sup>a</sup> coroa passar a ser a 2.<sup>a</sup>, nomeadamente quanto aos valores cobrados. Também na altura, foi referido pelo Sr. Administrador que no momento tal não seria possível. Contudo, esta semana, a TUB anunciou esta reformulação do tarifário, dando a entender que a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> coroa passam a ser a 1.<sup>a</sup> e que a 3.<sup>a</sup> passa a ser a 2.<sup>a</sup> coroa, induzindo a que os valores da 3.<sup>a</sup> coroa passarão a ser os da 2.<sup>a</sup>, pelo que pretende esclarecimentos quanto a esta comunicação que foi feita. O **Sr. Presidente** esclareceu que a única alteração que há é que a 3.<sup>a</sup> coroa passa a ser formalmente a 2.<sup>a</sup>, não havendo qualquer alteração quanto aos tarifários, sendo o custo da 2.<sup>a</sup> coroa o que corresponderia ao da 3.<sup>a</sup>. -----

Ainda no uso da palavra, o **Sr. Vereador Carlos Almeida (CDU)** expôs que, na sua opinião, há um problema nas imediações do novo mercado municipal que tem que ver com o estacionamento, sendo que este problema não é bom nem para os comerciantes (que estão sujeitos quer ao pagamento das taxas de estacionamento, quer, quando não o fazem devidamente, a multas), nem para quem visita o mercado, e também não é bom para o Município, na medida em que ter a envolvente do mercado com viaturas estacionadas em cima dos passeios, não é nem aceitável nem positivo. Por esse



motivo questiona se está a ser pensada alguma solução, por um lado para dissuadir a infração, e por outro para encontrar uma resposta equilibrada e menos pesada economicamente para os comerciantes. Por último, questiona o Sr. Vereador se já houve assembleia de acionistas da SGEB e em caso afirmativo, qual foi o resultado face à proposta de dissolução que foi votada e aprovada e ao acordo proposto de acionistas e credores. **O Sr. Presidente** respondeu que ainda não houve a assembleia de acionistas, uma vez que não fazia sentido que esta fosse agendada antes da sessão da Assembleia Municipal, que apenas decorrerá no próximo dia 17 de dezembro. Continuou o **Sr. Presidente** dizendo, quanto à questão de estacionamento no mercado, que essa é uma questão com "*cunho algo estrutural*", sendo que aos sábados o parque do Município é disponibilizado aos utilizadores do mercado (quer comerciantes, quer clientes). Considerando que boa parte do espaço envolvente do mercado poderá, a prazo, estar ocupado com o provável regresso dos feirantes, a única solução que se pode antever será a de criação de um regime de avença particular para os parques de estacionamento envolventes (uma vez que a disponibilização de estacionamento à superfície não será consentânea com a quantidade de viaturas dos vários operadores do mercado). -----

**APROVAÇÃO EM MINUTA:** "Deliberado por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos do número três do artigo cinquenta e sete Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de 12 de setembro." -----

**ENCERRAMENTO:** Às **10,09 horas** e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser



devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----

